

*Secretário de Estado dá garantias*

## **ADSE não está em risco**

O **SINTAP** reuniu hoje, no Ministério das Finanças, em Lisboa, com o Secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, num encontro não negocial, destinado, sobretudo, a fazer um ponto de situação e a estabelecer prioridades negociais para 2013.

O **SINTAP** aproveitou a ocasião para esclarecer alguns assuntos que têm estado na ordem do dia e que são de grande importância para os trabalhadores, tais como o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), preconizando a saída de entre 70 a 120 mil trabalhadores da Administração Pública, e a defesa do fim da ADSE, que tem sido defendido por diversos comentadores e sectores da sociedade portuguesa.

Quanto à saída de trabalhadores da Administração Pública, Hélder Rosalino garantiu que essa será feita, na sua grande maioria, mediante o processo normal de aposentação de funcionários, tendo dado como exemplo o facto de, em 2102, terem entrada na Caixa Geral de Aposentações cerca de 34 mil pedidos de aposentação, número este que, tal como os mais de 20 mil pedidos registados em 2011, serão contabilizados nessa necessidade de redução.

**Isto significa que, muito provavelmente, as aposentações registadas em 2011 e 2012, em conjunto com as que venham a registar-se em 2013, alcançarão facilmente o limite inferior constante no relatório do FMI, estando, inclusivamente, muito acima da redução mínima de dois por cento de efectivos por ano estabelecida pelo Governo.**

**Quanto à ADSE, o Secretário de Estado afirmou que o Governo está empenhado em defender e viabilizar este subsistema de saúde, mostrando-se inclusivamente aberto a estudar a possibilidade há muito defendida pelo SINTAP, de a sua gestão ser feita com a participação dos trabalhadores, tal como defendemos para a gestão da Caixa Geral de Aposentações.**

O **SINTAP** frisou ainda que a viabilização da ADSE passará, em grande medida, pela capacidade de cobrança das dívidas que os diversos organismos da Administração Pública mantêm, bem como pela manutenção da comparticipação de 2,5% por parte das entidades empregadoras públicas, e não pela redução dessa comparticipação para 1,25%.

Na reunião de hoje, Hélder Rosalino disse também aos sindicatos que, para o sector da Administração Pública, o Governo assume como prioridades (constantes no memorando tornado público no passado dia 18 de Janeiro), a aposta na formação, na dinamização de um programa de estágios para a Administração Central que terá capacidade para 2000 estagiários, e na abertura de concursos internos e externos para centenas de técnicos superiores em diversos sectores da Administração Pública, tendo em vista o preenchimento de necessidades permanentes dos serviços, sobretudo daqueles que, dados os constrangimentos nas admissões e saídas de trabalhadores no activo que os têm afectado nos últimos anos, confrontam-se actualmente com grandes dificuldades de funcionamento.

São ainda prioridades para o Executivo a convergência dos regimes de protecção social no que diz respeito à regulamentação da eventualidade de doença, doença profissional, desemprego (tendo em consideração a Lei de Bases da Segurança Social), etc, e a mobilidade especial, que o Governo pretende aplicar a todos os sectores da Administração Pública, sendo que contará sempre com a firme oposição do **SINTAP** à implementação de um mecanismo que não deverá em caso algum servir de antecâmara para o despedimento.

O **SINTAP** analisará atentamente também o estudo comparativo que o Governo entregou aos sindicatos sobre o tempo de trabalho nas administrações públicas europeias, bem como o estudo sobre a alteração às tabelas remuneratórias que ficou de enviar tendo em vista a alteração dessas mesmas tabelas. Nesta matéria, o **SINTAP** recusará sempre qualquer solução que passe por tornar definitivos os cortes actualmente em vigor e que sempre foram anunciados como temporários.

**Relativamente a outras matérias, o SINTAP referiu especialmente que está atento aos desenvolvimentos relativos aos pedidos de verificação da constitucionalidade de algumas normas do Orçamento do Estado para 2013 que afectam directamente os trabalhadores e os pensionistas da Administração Pública, solicitando ao Governo esclarecimentos sobre o que pretende fazer caso essas normas venham a ser declaradas inconstitucionais.**

A próxima reunião realizar-se-á no mês de Março, visto que decorrerá, durante o mês de Fevereiro, a 7ª avaliação regular do programa de assistência financeira.

Lisboa, 21 de Janeiro de 2013